

## **DEFORMAÇÕES TEÓRICAS: A HISTORICIDADE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SEGUNDO MANOEL BOMFIM<sup>1</sup>**

**Clayton José Ferreira<sup>2</sup>**

**Marcelo de Mello Rangel<sup>3</sup>**

**RESUMO:** O artigo visa compreender a abordagem de Manoel Bomfim (1868-1932) acerca da escrita da história e as ciências naturais em seu ensaio *O Brasil na História* (1930). Bomfim procura demonstrar através de uma análise historiográfica que o conhecimento das prestigiosas ciências naturais, o qual determinava capacidades limitadas a sociedades de composição étnica mestiça, estava equivocado. Nossa primeira tese é a de que seu argumento e sua historicidade são caracterizados por uma busca por orientação em uma experiência de tempo acelerada devido ao diversos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais. A segunda é a de que as formas de se relacionar com o passado (entre elas a escrita da história), as ciências naturais e ainda as possibilidades de produzir conhecimento, de criar representações e intervenções no mundo nortearam parte significativa dos intelectuais na Primeira República e, em especial neste artigo, Manoel Bomfim.

**Palavras Chave:** Manoel Bomfim, História da Historiografia, Ciências Naturais.

**ABSTRACT:** This article intends to understand Manuel Bomfim's approach about history and natural sciences write in his own essay called *O Brazil na História* (1930). Bomfim aspire to demonstrate throw a historiographic analysis a mistake in natural science's knowledge, which used to determinate limited ability from different ethnical societies. Our first theses is that his argument and his historicity are characterized by a guides search in an accelerated time experience because of the social, political, economical and cultural challenge variety. The second one is that the ways of relate present and past (like the history write, for an example), the natural sciences and even the possibility to produce knowledge, of creating representations and interventions in the world, had lead important names throw Brazilian First Republic period and also, specially in this article, Manoel Bomfim.

**Keywords:** Manoel Bomfim, History of Historiography, Natural Sciences.

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e aos apontamentos feitos pelo Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira.

<sup>2</sup> Mestrando pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2013). claytonjf15@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado em História (UERJ) e em Filosofia (UFRJ). Mestre e Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. mmellorangel@yahoo.com.br

## 1. Introdução

Um dos possíveis papéis do conhecimento histórico na Primeira República esteve, sem dúvida, na possibilidade de reorganizar o passado para melhor orientar as ações no presente em nome do futuro. Koselleck evidenciou este esforço em produzir prognósticos como uma das características expressivas da experiência moderna (KOSELLECK, 2006, p. 267-303). Dentre outros motivos, esta função se atrelava ao momento político nos ensaios da Primeira República (1889-1930). Havia uma grande expectativa de que o regime pudesse estabelecer novas formatações e se opor ao regime anterior. Este passado rearranjado serve então à orientação abrindo possibilidades de presente e de futuro, seja a partir do esforço de evidenciação de passados obscurecidos, de longas estruturas, ou, ainda, na tentativa de compreender alteridades.

Pretendemos compreender melhor algumas possibilidades de como a escrita da história e as ciências naturais foram abordadas por Manoel Bomfim em seu ensaio *O Brasil na História* (1930). Para os ensaístas contemporâneos, a Manoel Bomfim foi necessário produzir possibilidades de orientação à experiência de tempo acelerada sob a qual viveu boa parte da intelectualidade brasileira<sup>4</sup> das três primeiras décadas do século XX. Caracterizamos como acelerada, e isto porque fora marcada pela sensação de um presente curto, pelas transformações constantes, pelas novidades, expectativas e apreensões em relação à recente República e às referências constantes a categorias como %progresso+, %marcha civilizacional+ e %atraso+ (sempre com a necessidade de rapidamente alcançar aquele que está %adiantado+) nestes ensaios. Novamente, a aceleração do tempo se constitui %pela multiplicação de acontecimentos e conjunturas inéditas para as quais os homens em geral não reuniam sentidos suficientes+(RANGEL, no prelo).

---

<sup>4</sup> É importante apontar que, indo ao encontro de Angela de Castro Gomes, com %a intelectual+ me refiro a: %uma categoria sócio-profissional de contornos pouco rígidos, ou seja, como produtores e mediadores de interpretação da realidade social que possuem grande valor político. Porém, uma das premissas da reflexão é que, no Brasil de fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, não é consistente (empírica e teoricamente) assumir uma separação entre campo intelectual e político, embora seja possível reconhecer uma relativa e crescente autonomia na dinâmica de cada um deles+ (GOMES, 2009, p. 26).

Nesta experiência de tempo acelerada que encontramos evidenciada nos ensaios da primeira república, é importante notar o entusiasmo entre os letrados com a instauração do novo regime em um primeiro momento (SEVCENKO, 1989, p. 41-68), e, em seguida, à sensação de que ele não teria cumprido as expectativas (LAHUERTA, 1997, p.96-110). Havia uma instabilidade que se intensificava devido a novas situações críticas constantes. Entre eles havia o temor de que não houvesse uma unidade/solidariedade entre brancos e negros recém-libertos. Ocorreram muitos conflitos entre a população e o governo, como as Guerras de Canudos e do Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Revolta de Juazeiro, entre outros. Muitos ensaístas, como Bomfim, apontavam estes problemas como uma reação ao descaso do governo em promover políticas públicas. Houve também o medo de restauração do regime monárquico, tendo em vista a proximidade dos militares no início do governo e sua reaproximação com a presidência de Hermes da Fonseca e no movimento conhecido como *tenentismo*, no início da década de vinte, as crises políticas relacionadas às eleições de presidentes mineiros e paulistas considerados membro das oligarquias, o baixo desenvolvimento industrial e as crises econômicas (SOUZA, 2012).

A ciência se torna uma possibilidade de norteamento para uma importante parcela da experiência acelerada na Primeira República, seja no cotidiano doméstico, na técnica (VERGARA, 2011, p. 171-182), nas instituições ou no universo letrado (SCHWARCZ, 1993, p. 23-47). Podemos verificar esta importância tanto nas obras daqueles autores que eram parte da chamada *geração de 70* até o ano final do nosso recorte, a saber, o ano que foi lançado o livro *O Brasil na História*, de Manoel Bomfim. De forma genérica, mas de grande importância metodológica, o que se entende por ciência de 1878 a 1930 poderia ser definido como um conjunto de métodos, práticas, técnicas, empirias e teorias muitas das vezes compartilhadas a respeito das possibilidades de analisar e investigar objetos diversos que eram tratados no período, como *ciências naturais*, *ciências exatas* e *ciências do espírito*, e isto com o objetivo de reestabilizar esta experiência acelerada do tempo. Como aponta a historiadora Moema de Resende Vergara:

Tenho pesquisado o período entre 1870 e 1930, e, neste intervalo, a noção de ciência já se confunde com progressos técnicos de várias ordens: mesmo assim,

pela análise dos textos e possível inferir que para aqueles homens a ciência propriamente dita não é só técnica, mas é o método . instrumento da razão - que permite conhecer a natureza. [...] A questão importante para os historiadores é ver que, junto com o esforço de representação da ciência, a divulgação traz consigo outras ideias, como a necessidade de que sejam os brasileiros os agentes do conhecimento de sua própria terra (VERGARA, 2011, 171-172).

Trataremos de como as linguagens e narrativas próprias às ciências naturais foram apropriadas, no Brasil, a partir de um intuito pragmático, em especial no que tange à escrita da história. As principais teses que originaram as teorias científicas de interpretação social do período são aquelas traçadas a partir das obras de Comte (1798-1857), Spencer (1820-1912), Darwin (1809-1882), e as teorias raciais desenvolvidas através dos trabalhos como os de Gobineau (1816-1882), Lapouge (1854-1936), Fouillée (1838-1912), Gustave Le Bon (1841-1931), e Retzius (1796-1860) (AGUIAR, 2000, p. 235). Dos três primeiros autores originaram, respectivamente, o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo (ALONSO, 1995, p. 1-18), todos importantes para os trabalhos de autores como Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), Luís Pereira Barreto (1840-1923), Euclides da Cunha (1866-1909), Joaquim Nabuco (1849-1910), Alberto Torres (1865-1917) e do próprio Manoel Bomfim.

O uso generalizado de tais teorias não está atrelado somente ao ideal de conhecimento analítico e objetivo da sociedade, e, como agentes de transformação dela mesma, muitas delas se interligam também aos projetos políticos defendidos no período. Deste modo, havia um entusiasmo crescente com as vertentes que o trabalho de Comte inspirou nas décadas finais do XIX. Segundo João Quartim de Moraes (MORAES, 1997, p. 73-92), entre as múltiplas posições políticas dos adeptos do positivismo, um expressivo número destes se colocava como críticos da monarquia, do liberalismo e da instituição escravocrata, além de possuir um tom autoritário convergente com o militarismo que se instaurava no Brasil. Já o evolucionismo, de Spencer, teria encontrado melhores adeptos entre os liberais.

É preciso elucidar que é possível encontrar múltiplas definições para tais teorias no período, mas aqui tentarei me ater à sistematização de Angela Alonso (ALONSO, 1995, p. 6-8). Essas definições vão ao encontro ao que encontramos em

nossa fonte, *O Brasil na História* (BOMFIM, 1930, p. 55-99). Desta forma, os pontos importantes que podem nos permitir compreender ao menos uma formação de cada uma destas teorias em solo brasileiro são:

- Positivismo: hierarquia social bem delimitada e transformações sociais são possibilitadas através da conscientização moral e científica;
- Evolucionismo de Spencer: similar à natureza, a sociedade se estabelece por leis de adaptação e seleção;
- Darwinismo social e teorias raciais: as estruturas sociais eram definidas pelas determinações evolutivas que conceberam qualidades diferenciadas e superiores a diversos grupos conhecidos como raça.

## 2. Uma crítica histórica sobre a ciência

Em 1899, Bomfim escreveu o parecer sobre o *Compendio de História da América* (1900) de Rocha Pombo (livro que, por mais de duas décadas, foi adotado pela Escola Normal), o qual foi publicado como prefácio desse livro em sua primeira edição. Talvez, aqui, Bomfim tenha apresentado pela primeira vez muitas das suas reflexões que tinham como temática as teorias raciais. Segundo algumas passagens do livro de Rocha Pombo, a escravidão e o tráfico negreiro teriam moralizado as raças africanas, retirando-as da regressão e do atraso (POMBO, 1900, p. 94-98). Em seu parecer, Bomfim criticou o argumento de Pombo, apontando que tais ideias acabavam por justificar a escravidão e o colonialismo. Fenômenos como esse deveriam, para Bomfim, ser apresentados de forma crítica e matizados à memória dos leitores. Era preciso compor juízos para problematizar e evitar a naturalização. Ele ainda anotou que tais argumentos são injustificáveis e, além de egoístas e retrógrados, são um ataque à ordem social que nos gerou dificuldades sociais e econômicas que muito nos custarão a resolver (POMBO, 1900, p. 25).

Segundo uma das possibilidades de abordagem das ciências racialistas, as alternativas postas para o futuro de um país mestiço seriam quase que necessariamente desastrosas (GONTIJO, 2003, p. 6-7). Para Bomfim, o cruzamento dos povos no Brasil propiciou plasticidade e adaptabilidade (BOMFIM,

1930, p. 245). O embasamento teórico de Bomfim para refutar tais ideias possivelmente se desenvolveu quando, patrocinado pelo governo brasileiro, foi em 1902, à Sorbonne (Paris), estudar psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas, entrando em contato com os livros de autores como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefeugas e Bagehot (AGUIAR, 2000, p. 301). Portava-se contra as teorias de que as diferenciações raciais limitavam e delimitavam o comportamento humano, além de defender que as capacidades étnicas explicavam o desenvolvimento econômico, cultural e político. Portanto, para Bomfim, existiam, sim, raças, mas elas não podiam explicar o progresso. Para ele, isso se tornava evidente quando se analisava os perfis de comportamento, e as ações das raças que constituíram o Brasil na história desde quando seu passado estava embaraçado ao português (BOMFIM, 1930, p. 245). Neste sentido, é interessante notar sua provocação ao historiador que não se atentasse às consequências morais de sua escrita.

Desenvolve tal argumentação através de uma crítica historiográfica e documental. A *degradação* da sociedade se apresenta em *O Brasil na História* como derivada de um sistema político, o qual beneficia uma pequena parcela aristocrática do país e mantém a maior parte da população na ignorância, por conta própria. O Estado português não via a colônia como sua extensão, mas, segundo Bomfim, como um *libere* que oferece nutrientes, ou seja, uma colônia a conferir riquezas (BOMFIM, 1930, p. 117). Isso teria gerado um governo que, desde então, não criava ações voltadas para a população. Não se trata de uma continuidade originária que corrompeu para sempre o Estado brasileiro e os regimes instaurados, mas desde então nenhuma ação teria dado conta de solucionar suficientemente os problemas constituídos desde a época colonial, inclusive a República. Bomfim argumenta que os problemas brasileiros não são causados por incapacidades étnicas ou por questões evolutivas e deterministas, mas por problemas políticos, sociais e históricos. Para ele, os letrados, incluindo os historiadores, têm a missão de apontar esses problemas, propor soluções e agir na vida pública.

Em seu livro *A América Latina* (1905), há a tese de que tais teorias serviam ao que chama de imperialismo. Em suas palavras, o debate sobre as raças é um

sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata+ utilizada pelos etnólogos das nações salteadoras+ (BOMFIM, 1993, p. 243). Ao publicá-lo, iniciou uma polêmica especialmente com Silvio Romero, que escreveu vinte e cinco artigos na revista carioca *Os Anais*, criticando a obra de Bomfim como contrária às teorias cientificamente provadas+ dos venerados pensadores+ Gustave Le Bon e Gobineau. Embasado pelas hipóteses de tais autores, Silvio Romero defendia, ainda, haver no Brasil uma degeneração causada pela miscigenação (AGUIAR, 2000, p. 235). Bomfim escreveu, em 1914, o ensaio *Darwin e os conquistadores*, onde defende não haver aplicação na espécie humana da tese sobre a seleção natural de Darwin, da forma como teria sido apropriada por outros autores, como o alemão Von Bernhardi. Esse autor, ao defender o arianismo em seu livro *Deutschland Von Bernhardi*, propõe a conquista dos povos inferiores+ pelos germânicos através, se necessário, do morticínio. Considerava natural tal processo por julgar fazer parte da seleção natural+ (AGUIAR, 2000, p. 326-327). Segundo Bomfim:

Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, Adam Smith até Stuart Mill, Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural - o instinto altruístico . que leva o homem a procurar a companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos (BOMFIM, 1930, p. 249-250).

É importante dizer que em *O Brasil na História* (1930) e em *O Brasil Nação* (1931), o autor aponta que, além da instrução pública, seria necessária uma modificação das estruturas governamentais, que, desde o Império, mantiveram uma tradição que desmonta reivindicações populares (seja atendendo-as apenas parcialmente ou mesmo utilizando-se da força militar para negá-las). Além disso, mantém a população analfabeta, e beneficia somente o grupo político e econômico dirigente (BOMFIM, 1993, p. 459-470). Deste modo, o desenvolvimento, seja econômico, social ou político, tornar-se-ia possível a qualquer nação, a despeito das etnias que as constituam. Quando a investigação histórica revelasse que as potencialidades estão para além daquilo que a mentalidade moderna científica



acreditava determinar, seria possível despertar um entusiasmo geral nas consciências, desta forma:

É preciso considerar um tal valor, [o do passado português e brasileiro] para critério capaz de desprezar os conceitos que, em falsas induções *climáticas*, ou nas conclusões de uma *sociologia para brancos*, nos dão com essencialmente indolentes, de ação restrita e morna, incapazes das superioridades dolicocefalas e norte-uras. São deformações teóricas (...). Tais despautérios constituem as últimas falsificações de critério, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais (BOMFIM, 1930, p. 52).

Na página seguinte à citação acima, o médico conclui: *%dolicocefalia e %arianismo+ pulhices que se desmentem na própria história+ Para Bomfim, havia um grande risco das sociedades latino-americanas aceitarem que suas capacidades étnicas são limitadas devido ao prestígio da ciência. Portanto, faz-se necessário estar atento às possibilidades de conexão entre a ciência e os discursos políticos, propaganda ou sentimento de identidade nacional. Ainda, torna-se essencial compreender que, nesta temporalidade, que o sentimento de pertencimento a uma nacionalidade (e conseqüentemente a soberania desta nação) em muitos momentos também está atrelada àquilo que motiva a investigação científica. Não é incomum fazer ciência em nome de uma nação. Este também seria um meio de concorrer com outras nacionalidades dentro da concepção de %ideal civilizacional+ tão cara a esta historicidade. Para Bomfim, o mesmo se coloca à historiografia, já que se trata de uma ciência (BOMFIM, 1993, p. 50-51).*

Os processos de formação das sociedades complexas, aqui, devem muito às características dicotômicas das tradições em se transformarem com o contato umas com as outras e, ao mesmo tempo, no esforço de busca por identidade genuína. Por isso mesmo, critica a rigidez do positivismo e a obra de Comte, que seria *%incompatível com a maleabilidade da vida, pois toda essa obra é armada em generalizações preconcebidas+, e que, por sua vez, pouco corresponderia à realidade humana. A divisão, nesta filosofia, em %ações afetivas+e %não afetivas+, era estranha e hostil à tradição brasileira. Em nota, Bomfim escreve que a proposta de progresso de Comte na verdade não possui coerência, já que determina uma fase final à humanidade, um limite de desenvolvimento máximo que minava o próprio*



conceito de progresso.<sup>5</sup> Para Manoel Bomfim, ideias como essas nos impedem de usufruir de novas potencialidades por deturparem as tradições (BOMFIM, 1993, p. 69-70).

O positivismo, que se acreditava desapaixonado e metódico, ironicamente, determinava uma cientificidade que elegia as tradições arianas como caracterizadas pela superioridade histórica e de valores. Desta forma, deturpava, subjugava, sufocava e incapacitava as tradições e contribuições dos povos conhecidos por latinos americanos, africanos e asiáticos (BOMFIM, 1993, p. 49-55). Cabe anotar aqui a crítica que Bomfim faz à possibilidade de mau uso da erudição científica, quando não utilizada de forma criteriosa. O cientista deve matizar a rigidez de seus métodos e teorias para evitar sonegar a multiplicidade e plasticidade dos objetos. Além disso, aponta ser necessário ter em mente a incapacidade da ciência em dar conta de grandes totalidades, de generalizações muito abrangentes, pois, sem ter este limite metodológico em mente, o cientista pode produzir meras conjecturas ou falácias. Este processo de mau uso da erudição é evidenciado por Bomfim, dentre outros exemplos, na sua crítica a apropriação desmedida das teorias de Darwin, e pelo que seria, segundo ele mesmo, um dos ápices do conhecimento científico.

O fascínio pela obra de Darwin, em *O Brasil na história*, e em toda a sua obra, é evidente. Segundo Celso Noboru Uemori, o impacto que a obra de Darwin gerou na intelectualidade da época foi imenso, muitas vezes controverso, e até mesmo equivocado. A teoria do autor a respeito da luta pela sobrevivência trouxe, basicamente, dois pontos de vista: no primeiro, os grupos (espécies) se digladiam entre si na sobrevivência do mais forte. Já no segundo, os grupos prevalecem no momento em que passam a se relacionar por mutualismos e viver em comunidades harmônicas. Para a primeira interpretação, as raças puras justificavam uma especialização melhor, enquanto que para a segunda, as mestiçagens garantiam as melhores qualidades. Darwin discordava claramente da apropriação e transposição

---

<sup>5</sup> A noção de progresso moderno envolve, segundo Koselleck, a temporalização do objetivo da busca por perfeição infinita e, portanto, um horizonte de expectativa amplo: o que terminou ganhando a forma de conceito de progresso. Do ponto de vista da terminologia, o *profectus* espiritual foi substituído por um *progressus* mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só poderia ser alcançada no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto+ (KOSELLECK, 2006, p. 316).

de suas teses à interpretação social (UEMORI, 2008, p. 232-336). Para Bomfim, além de um equívoco, tais apropriações possuíam contornos e interesses políticos.

A teoria de Darwin, segundo ele, era instrumentalizada para legitimar a hierarquização, o embate entre nações e a dominação de povos que se consideravam superiores. Esta instrumentalização, do ponto de vista da teoria do naturalista, seria uma incongruência teórica, já que para ele a espécie humana se organiza através da sociabilidade e do auxílio mútuo antes da competição (BOMFIM, 1993, p. 64-71). Manoel Bomfim discordava seriamente de tais interpretações racialistas, alegando estar inscrito o contrário em nossa história e tradição. Segundo ele, aliás, como um país impotente poderia, ainda enquanto colônia e com quase que nenhum apoio lusitano, se defender das invasões francesas, holandesas e inglesas, ou seja, das maiores potências mundiais, e ainda se defender e expandir fronteiras a oeste?

Para Bomfim, em seu livro *O Brasil na História*, a historicidade de seu tempo, ou de outro tempo qualquer, não pode ser explicada apenas pelas teorias científicas, e a história poderia evidenciar isso. O intelectual deveria historicizar, e assim, investigar conclusões que determinavam uma fatalidade tão séria a um grupo ou povo. É necessário se portar de forma crítica diante de uma ciência tão naturalmente prestigiada. É preciso retomar a análise crítica da metodologia. Um conhecimento que se apresenta capaz de tamanha objetividade não poderia ser tão imparcial por partir de homens complexos, racionais e emotivos, afinal, não há motivações humanas que não estejam ligadas ao sentimento. Uma investigação atrelada a escolhas de métodos e teorias não poderia dar conta de generalizações tão colossais. O conhecimento necessariamente diz respeito a fragmentos da realidade. Em sua compreensão, todo e qualquer enunciado nasce no interior de uma determinada temporalidade, de um conjunto específico de significados e sentidos.

Bomfim evidencia e intensifica uma crise própria ao século XIX, a do observador de segunda ordem, para seguir a nomenclatura utilizada por Gumbrecht, ou, como podemos ler: trata-se de um papel de observador que é incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo, diferente do observador de primeira ordem do início da modernidade que separou

o sujeito (quem observa, investiga e produz compreensões do mundo) do objeto, do mundo das coisas. Com o surgimento do observador de segunda ordem o sujeito se torna inevitavelmente consciente da sua constituição corpórea para perceber o mundo e sabe que suas compreensões dependem da sua posição particular, nesse mundo, ou seja, há uma crise da representação. A partir destas posições é possível produzir diversas compreensões sobre o mesmo objeto e nenhuma dessas múltiplas representações pode jamais pretender ser mais adequada ou epistemologicamente superior a todas as outras (GUMBRECHT, 1998, p. 12-14). Tendo produzido seu ensaio nas três primeiras décadas do século XX (momento muitas vezes denominado Alta Modernidade, como aponta Gumbrecht), Bomfim tentou preservar a possibilidade de representar, mas isso de forma matizada, ao teorizar sobre as condições de produção do conhecimento, o que vai ao encontro da descrição que Gumbrecht faz do Alto Modernismo na Itália, na Espanha e nas Américas, ou seja, na periferia daqueles países europeus que ocupavam o centro do mapa do prestígio cultural, onde, ao menos em seus manifestos, se tornaram cada vez mais decididos a romper com a função da representação (GUMBRECHT, 1998, p. 17-20).

O maior objetivo em *O Brasil na História* é apresentar uma síntese que provoque nos leitores o sentimento de que apenas a transformação do Estado brasileiro poderia fazer o país progredir (e para isso a população deveria ter acesso à educação). É através da análise daquilo que ele entende como ciência, história e historiografia que estrutura seu argumento. Para isso, matiza as teorias científicas que delimitavam as capacidades étnicas e o impacto do seu prestígio. Entendê-las como um conhecimento exato do mundo social poderia gerar desigualdades ainda mais estratificadas no mundo moderno. Através da crítica à historiografia e da compreensão de história que Bomfim fundamentou a historicidade do método e das teorias científicas, anotamos que a conclusão de nosso autor é que o conhecimento estaria atrelado a convicções humanas fundamentais e inultrapassáveis, de maneira que não seria possível a construção de enunciados privilegiados em relação ao real. Ou melhor, não era possível determinar leis sociais que disponibilizassem uma transformação social controlada similar àquelas que as ciências da natureza sustentavam evidenciar. Seria necessário, portanto, compreender melhor as

motivações, chamadas por ele de *paixões*, que nos levam a elaborar questões e respostas, o que traria uma objetividade mais madura, consciente de si, apesar de, ao fim, sempre transcendentais, fundamentais. Diante das possibilidades de produção de um conhecimento que poderia delimitar aos homens quais seus limites e hierarquizá-los, era preciso desconfiar, matizar, investigar, pensar a história, e isso incessantemente.

## FONTE

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX. *Coleção documentos. Série Teoria Política*. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira*.

Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Nação: Realidade e Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols., 1931.

BOTELHO, André. Educação e modernidade no Brasil. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 122-145, 1999. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/andre.htm>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 22, p. 47-66, 2010.

CAMARA, Sônia. O Intelectual educador Manuel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina. *HISTEDBR On-Line*, v. 11, n. 44, 2011. Campinas. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3146>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

CASTILHO, Mariana Moreno. O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero. *Esboços*, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 12-13, Jan. de 2005.

DANTES, M. Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, pp. 129-154, São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/31/col\\_rebeca\\_31.pdf](http://www.achegas.net/numero/31/col_rebeca_31.pdf)>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, Vol. 1, n. 1, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade; Espaços de tempo pós-modernos. In: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acessos em 30 de jul., 2012.

MORAES, João Quartim de. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, 73-92.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo Percursos Contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: XIII Encontro estadual da AMPUH, História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira, 2008. Disponível em: <[http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2006%20-%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF)>. Acessos em 30 de jul. 2012.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história. A viagem, a memória, o ensaio*. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira república. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

POMBO, Rocha. *Compêndio de história da América*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e clima histórico+ (*Stimmung*). *Revista expedições*. No prelo.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v. 4, nº. 1, p. 75-102, 1996.

SANTOS, Analice Alves Marinho. *A formação da nação brasileira segundo Manoel Bomfim e Silvio Romero: debates acerca dos meios e caminhos para a civilização*, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-ANALICE.pdf>>. Acessos em 30 jul. 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, p. 42-63, Março de 2011.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*. Tese de doutoramento defendida pela PUC-Rio em 2012.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.



UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

VERGARA, Moema de Resende. As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia. ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Recebido em 05/09/2014.

Aceito em 20/12/2014.